



Caderno de Provas

CCMN 18 – NS

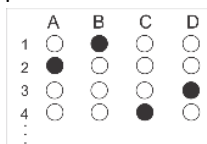
ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – PEDAGOGO

Edital Nº. 001/2023 –
Câmara Municipal de Natal/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Lógica	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO

A cor da injustiça ambiental no Brasil

Carolina Azevedo e Samantha Prado

Na semana do Carnaval, o litoral norte de São Paulo foi afetado por um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Foram mais de 680 milímetros de chuva acumulados no período de 24 horas, o maior registro do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) no país até o momento – o que resultou na devastação de diversas áreas nas cidades de Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. Ao todo foram 65 mortos e mais de 2 mil pessoas entre desabrigados e desalojados.

A situação não pode ser lida apenas como um evento extremo isolado. Desastres bastante similares têm ocorrido nos últimos anos, como as inundações em Petrópolis (RJ) e Pernambuco em 2022. O que esses episódios têm em comum? Os mais afetados são majoritariamente a população pobre e negra.

Com o objetivo de analisar como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual, impactando desproporcionalmente certas populações a depender do seu grau de vulnerabilidade, o Instituto Pólis realizou o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades”. De acordo com a pesquisa, esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça e do racismo ambientais nas cidades brasileiras. “Temos visto nos últimos anos, especialmente no verão, diversos desastres no país – e também quais foram suas vítimas. Acompanhamos um agravamento das situações e, com certeza, o negacionismo no momento de compreender as mudanças climáticas e seus impactos urbanos está dentro da lógica de como construímos as nossas cidades”, declara Maria Gabriela Feitosa dos Santos, uma das pesquisadoras que fez parte da produção do estudo.

Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras. Observando o censo do IBGE de 2010, é possível ver que a renda é maior nas áreas onde a população residente é mais branca do que negra – territórios que condizem com condições de urbanização e saneamento melhores, contando com maior investimento público. Mais dados do censo mostram que os chamados aglomerados subnormais, áreas caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, reiteram o padrão territorial observado. Nas três cidades estudadas pelo Instituto Pólis – São Paulo, Recife e Belém –, o percentual de pessoas negras que residem em áreas desse tipo supera as médias de cada município, evidenciando a tendência de concentração desse grupo nesses territórios.

Em outras palavras, a distribuição demográfica e racial das cidades evidencia que a população negra vive em piores condições ambientais e com menos recursos financeiros para lidar com os impactos de eventuais emergências ou desastres – colocando-a em situação de vulnerabilidade. “Por estarmos em uma sociedade racialmente estruturada, a desigualdade social é um instrumento que opera de acordo com essa lógica. Isso pode ser visto sobretudo no funcionamento da expansão imobiliária”, diz Maria Gabriela. As áreas onde o mercado imobiliário não tem interesse acabam sendo esquecidas pelo poder público, deixadas de lado no quesito de criação de infraestrutura e, por isso, tornam-se locais mais baratos e viáveis para serem ocupados pela população mais vulnerabilizada. “Essa desigualdade gera riscos socialmente produzidos. São escolhas feitas pelas políticas urbanas que a gente tem adotado e implementado, gerando uma lógica de ocupação de risco”, completa Feitosa dos Santos.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

Todo esse quadro expõe a forma como os conceitos de justiça socioambiental e racismo ambiental são intrincados: enquanto o primeiro caracteriza a produção de impactos desiguais pelo meio ambiente, que sobrecarregam grupos minoritários e a população de baixa renda; o racismo ambiental evidencia as consequências dessas degradações, concentradas em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Para além do déficit habitacional, está a diferença de tratamento entre comunidades de baixa renda e condomínios de luxo em áreas sujeitas a desastres ambientais. Não bastando serem proibidas pela classe média e alta de construir moradia nas faixas de terra mais seguras, populações assentadas em áreas de risco ambiental são frequentemente retiradas à força e sem qualquer garantia de direitos, enquanto moradores de condomínios e chácaras são tratados por autoridades com complacência.

Esse é o caso de moradores das margens da Represa Billings, no extremo sul da cidade de São Paulo. Segundo mapeamento do Instituto Pólis, comunidades de baixa-renda do Jardim Noronha receberam de autoridades quatro ameaças de remoção, dada a fragilidade ambiental e o risco apresentado pela área de mananciais. O tratamento, no entanto, não se estendeu para o loteamento de chácaras Jardim Moraes Prado, bairro vizinho também colado à represa. O caso evidencia que a intervenção pública é também pautada pelo racismo ambiental, como explica Feitosa dos Santos: “Há uma tendência de criminalização de muitas dessas áreas em detrimento de ocupações de alto padrão que dividem a mesma área e ainda assim não são alvo da mesma criminalização que acontece com as ocupações. É necessário compreender esse cenário e incluir a população marginalizada dentro dessa demanda.”

Ou seja, no contexto de desastres climáticos como as chuvas que assolaram o litoral paulista, políticas paliativas voltadas para regiões ricas das cidades não são o bastante, dado que as mudanças climáticas continuarão agravando a situação de comunidades periféricas a cada ano. “É necessário que se reverta essa lógica de políticas paliativas por políticas perenes, que antecedam esses fenômenos. Elas não necessariamente vão evitar mas vão dar capacidade de resiliência a essa população”, defende a pesquisadora.

Para isso, é necessário entender a crise climática a partir de uma perspectiva social e racial, como propõe o Instituto Perifa Sustentável, que reivindica a democratização e a representatividade das juventudes nos locais de tomada de decisão em relação a políticas ambientais. Amanda Costa, diretora executiva do instituto, advoga: “Falar de clima é falar de um direito básico. Quando pensamos em direitos básicos pensamos em saúde, educação, transporte, mas o clima é uma questão transversal, que afeta todas as outras.” Como respostas, a ativista sustenta inverter a lógica que permeia a elaboração de políticas públicas nas cidades: partindo mais frequentemente de regiões ricas e majoritariamente brancas, políticas ambientais e sanitárias precisam colocar a periferia no centro.

No entanto, em uma sociedade estruturalmente racista, quem mais sofre menos é ouvido. Os espaços de debate ambiental e de elaboração de políticas públicas ainda são dominados por homens brancos, como conta Mahryan Sampaio, do Instituto Perifa Sustentável: “O fato de eu dialogar com pessoas que não têm a mesma cor que eu mas estão ocupando os espaços de poder é um caso de racismo ambiental. Recentemente, Marina Silva nos convidou para conversar com os patriarcas e as matriarcas do ambientalismo brasileiro. Nós éramos as únicas pessoas pretas e jovens. Isso é racismo ambiental”.

Para que populações periféricas possam viver com dignidade nas cidades brasileiras, é necessário pensar na questão climática de maneira interseccional, pois a injustiça ambiental no Brasil tem cor. Será apenas colocando pessoas pretas, indígenas e periféricas nos locais de tomada de decisão que discussões levantadas em fóruns como a COP 26 – da qual as ativistas do Perifa Sustentável participaram – podem se reverter em políticas efetivas de combate a desastres climáticos e tantas outras questões do dia a dia na periferia, das ruas tomadas por lixo ao problema do saneamento básico. “Colocar essas pessoas no poder é olhar para a base, para quem está no território e entende sua complexidade. O olhar que está lá tem cor e é limitado, pouco diverso, ele não inclui. Esse é um momento histórico para a questão ambiental, que viu um grande desmonte nos últimos quatro anos”, completa Costa.

Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-cor-da-injustica-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 3 de mar. 2023. [Adaptado]

01. Para compreender o título do texto, o leitor

- A) deve considerar, tão somente, o seu conhecimento linguístico.
- B) deve considerar, tão somente, o sentido metonímico da expressão “cor da injustiça”.
- C) deve, além de recuperar o sentido denotativo, considerar as informações contidas no texto.
- D) deve, além de recuperar o sentido conotativo, considerar as informações desenvolvidas no texto.

02. A intenção prioritária do texto é

- A) discordar da discussão sobre “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” desenvolvida pelo Instituto Pólis.
- B) apresentar os resultados de um estudo desenvolvido em três capitais brasileiras de regiões distintas, sobre Racismo ambiental e justiça socioambiental.
- C) desenvolver uma opinião totalmente alicerçada em dados apresentados pelo estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis e pelo IBGE.
- D) concordar parcialmente com o ponto de vista dos que defendem que há um tratamento diferenciado em relação à distribuição demográfica e racial das cidades.

03. A discussão desenvolvida no texto é realizada a partir de uma questão

- A) polêmica: o que os desastres ambientais têm de intersecção?
- B) polêmica: a justiça ambiental no Brasil opera de maneira desigual?
- C) não polêmica: como o racismo ambiental impacta na vida da população negra?
- D) não polêmica: por que os desastres ambientais atingem apenas a população pobre e negra?

04. De acordo com o texto, é possível inferir que

- A) a elaboração de políticas públicas jamais será dominada por homens pretos.
- B) os debates ambientais eram conduzidos majoritariamente por homens brancos
- C) a elaboração de políticas públicas já é conduzida por homens pretos.
- D) os espaços de debates ambientais já foram exclusivamente dominados por homens brancos.

05. No período “**Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras**”,

- A) o sujeito do verbo “**existir**” foi flexionado no singular por se encontrar elíptico.
- B) o verbo “**existir**” não tem sujeito por ser um verbo impessoal, tal qual o verbo “**haver**”.
- C) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como sujeito do verbo “**existir**”.
- D) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como objeto direto do verbo “**existir**”.

- 06.** Considerando o texto em sua totalidade, a sequência dominante apresenta-se estruturada em
- A) apresentação de ponto de vista, de argumentos por meio de dados e de conclusão.
 - B) problematização inicial, explicações ao questionamento proposto e avaliação do problema.
 - C) revelação do tema, enumeração das características relacionadas ao problema e retomada do tema.
 - D) apresentação de um problema, das ações relacionadas ao problema, da resolução e da avaliação do problema.
- 07.** Nos parágrafos 9 e 12, o conector “**no entanto**” é utilizado para interligar
- A) períodos, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - B) orações, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - C) respectivamente períodos e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
 - D) respectivamente orações e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
- 08.** No quinto parágrafo, as informações são introduzidas pela expressão “**em outras palavras**” e, no décimo parágrafo, pela expressão “**ou seja**”. Essas expressões são
- A) sinônimas e têm a função de explicitar informações apresentadas anteriormente.
 - B) sinônimas e têm a função de retificar informações que foram apresentadas anteriormente.
 - C) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira acrescenta dados complementares, e a segunda explicita informações apresentadas anteriormente.
 - D) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira parafraseia o parágrafo anterior, e a segunda retifica informações apresentadas anteriormente.
- 09.** A ideia central do primeiro parágrafo encontra-se
- A) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - B) explícita no primeiro período e é desenvolvida nos dois períodos seguintes; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - C) explícita no último período e sintetiza as informações contidas nos dois períodos anteriores; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.
 - D) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.

10. Considere o parágrafo abaixo.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Nesse parágrafo, há presença

- A) tão somente de uma citação direta, que se coaduna com o pensamento das autoras e se caracteriza pela transcrição das palavras da fonte citada e pelo uso de aspas.
- B) tão somente de uma citação indireta, que se contrapõe ao pensamento das autoras e se caracteriza pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- C) de duas citações indiretas, que se contrapõem ao pensamento das autoras e são caracterizadas pela paráfrase do pensamento da fonte citada pelo uso de aspas.
- D) de uma citação direta e outra indireta, que se coadunam com o pensamento das autoras e são caracterizadas por serem introduzidas por um verbo de dizer.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. A sequência a seguir possui cinco palavras de seis letras e obedece a um princípio lógico: CABEÇA, FEDIDO, BIFASE, INHAME, X. A palavra que substitui, correntemente, o X é
- A) REGALO.
B) CAJADO.
C) VIROSE.
D) FALADA.

12. Considere a construção da tabela-verdade abaixo

Linha	A	B	C	$A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$
1	V	V	V	
2	V	V	F	
3	V	F	V	
4	V	F	F	
5	F	V	V	
6	F	V	F	
7	F	F	V	
8	F	F	F	

Os resultados obtidos para a proposição $A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$, na ordem crescente das linhas ímpares, são

- A) FFVF.
B) FVVV.
C) FFVV.
D) VFFV.
13. Três amigos resolveram fazer o concurso da Câmara Municipal de Natal-RN. O primeiro mora em Parnamirim; o segundo, em Macaíba; e o terceiro, em Natal. Os nomes desses amigos são Abel, Beto e Carlos. Os três possuem formações acadêmicas distintas e concorrerão a vagas diferentes no concurso: jornalista, contador e administrador. Sobre os três amigos, sabem-se as informações abaixo.:
- O que mora, em Parnamirim, nem é contador nem administrador;
 - O que mora, em Macaíba, não se chama Carlos nem Beto;
 - Nem Beto nem o contador moram em Natal.

A partir dessas informações, conclui-se que

- A) Abel mora em Macaíba e é jornalista.
B) Carlos mora em Parnamirim e é contador.
C) Abel mora em Natal e é administrador.
D) Beto mora em Parnamirim e é jornalista.
14. A negação da frase: “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro” é:
- A) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo não é o mais hospitaleiro”.
B) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro”.
C) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.
D) “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.

15. Se a afirmação (I) “Se eu sou potiguar, sou nordestino” é dada como verdadeira, então, a afirmação (II)

- A) “Se eu não sou potiguar, sou nordestino” é verdadeira.
- B) “Se eu não sou nordestino, sou potiguar” é verdadeira.
- C) “Se eu não sou potiguar, não sou nordestino” é equivalente à afirmativa (I).
- D) “Se eu não sou nordestino, não sou potiguar” é equivalente à afirmativa (I).

16. Os números distribuídos nas linhas e colunas do quadro a seguir obedecem a determinados padrões.

3	7	7	A
B	11	23	12
7	15	C	32
9	D	79	60

A soma dos números que ocupam o lugar das letras A, B, C e D é igual a

















- A) 42.
 - B) 71.
 - C) 99.
 - D) 84.
17. Em um concurso público, estão disponíveis três vagas para Assistente Geral, cuja exigência é que os aprovados tenham curso superior. Na fase final do concurso, ficaram classificados seis candidatos com formação em Direito, oito candidatos com formação em Administração e dez candidatos com formação em Engenharia. Todos esses candidatos estavam empatados em todos os parâmetros previstos e, nesse caso, de acordo com o edital, o preenchimento das vagas deve ser feito por sorteio. Sorteando aleatoriamente três candidatos entre esses classificados, a probabilidade que as vagas sejam preenchidas por um candidato de cada formação é

- A) 3/352.
- B) 1/160.
- C) 24/235.
- D) 60/253.

18. Uma frase que, logicamente, não representa uma contingência é:

- A) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.
- B) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita.
- C) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Parnamirim é bonita.
- D) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.

19. No quadro abaixo, cada figura representa o valor de um número natural. Os números da coluna à direita do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas linhas, e os números da linha abaixo do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas colunas.

				22
				9
				16
				15
18	20	13	11	

Dadas essas informações, considere a seguinte operação:

$$2 \times \text{diamond with cross} + \text{sun} - \text{circle with dot}$$

O valor correspondente dessa operação é

- A) 13.
 B) 10.
 C) 14.
 D) 15.
20. Três amigos foram juntos a um evento. Chegando lá, descobriram que, para entrar, obrigatoriamente, os convidados deveriam ser maiores de 18 anos. Se José é maior de 18 anos, então João é menor. Se José é menor de 18 anos, então João é maior. Se José é maior de 18 anos, Jair é menor. Se José é menor de 18 anos, então Jair é maior. Se João é menor de 18 anos, então Jair é maior. Sendo assim, puderam entrar no evento
- A) somente José e João.
 B) somente João e Jair.
 C) somente José e Jair.
 D) os três amigos.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – PEDAGOGO

21. Para dar resposta às novas exigências, a educação, ao longo de toda a vida, deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens essenciais: *aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a viver juntos*. Sendo assim, *aprender a fazer* significa
- A) o agir sobre o meio envolvente.
 - B) a aquisição dos instrumentos de compreensão.
 - C) a participação e cooperação com os outros em todas as atividades humanas.
 - D) o desenvolvimento pleno do sujeito.
22. A escola, compreendida como instituição social transformadora, deve considerar em seu currículo as práticas culturais, sociais, políticas e econômicas presentes na sociedade. Sendo assim, é correto afirmar que
- A) a prática educativa que ocorre em várias instâncias da sociedade não é determinada por valores, normas e particularidades da estrutura social a que está subordinada.
 - B) a prática educativa, os objetivos, os conteúdos do ensino e o trabalho docente estão determinados por finalidades e exigências sociais, políticas e ideológicas.
 - C) o acesso e a permanência na escola garantem o sucesso acadêmico, promovem a igualdade social e o desenvolvimento pleno do educando.
 - D) os modelos de organização curricular respeitam as necessidades dos grupos sociais, garantindo um ensino público de qualidade para todos, com ênfase na aprendizagem.
23. Na perspectiva walloniana, a dimensão temporal do desenvolvimento está distribuída em estágios que expressam características da espécie e cujo conteúdo é determinado histórico e culturalmente. De acordo com Wallon (1979), do ponto de vista afetivo, o desenvolvimento do bebê ao adulto de sua espécie pode ser assim distribuído:
- A) sensório-motor e projetivo; pré-operatório; personalismo; categorial; e operatório concreto.
 - B) impulsivo-emocional; sensório-motor e projetivo; personalismo; categorial; e puberdade e adolescência.
 - C) impulsivo-emocional; sensório-motor e projetivo; operatório concreto; operatório formal; e puberdade e adolescência.
 - D) sensório-motor; pré-operatório; simbolismo; operatório concreto; e operatório formal.
24. Em uma reunião da Câmara Municipal, foi solicitado ao assistente legislativo, na função de pedagogo, a elaboração de um programa de treinamento de pessoal, numa proposta metodológica, pautada no diálogo, na contextualização e na problematização. Nessa proposta, os conteúdos curriculares deverão ser definidos a partir das demandas de prática social, assegurando a difusão dos conhecimentos sistematizados historicamente, como condição para uma efetiva participação do povo nas lutas sociais. Nesse contexto, a concepção de aprendizagem da proposta está baseada numa tendência pedagógica de cunho
- A) progressista libertadora.
 - B) liberal renovada.
 - C) progressista crítico-social dos conteúdos.
 - D) liberal tecnicista.

25. Na organização e gestão do currículo, as abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar devem perpassar todo o conjunto de atividades que se realizam no espaço escolar, em seus diferentes âmbitos. Nessa perspectiva, entende-se que o desenvolvimento da capacidade de articular diferentes referências sobre as dimensões da pessoa humana, dos seus direitos e do mundo, adotando uma atitude de abertura sobre as culturas do presente e do passado, refere-se ao fundamento básico da abordagem
- A) transdisciplinar.
 - B) pluridisciplinar.
 - C) interdisciplinar.
 - D) multidisciplinar.
26. A interdisciplinaridade assume o princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e se expressa por meio de uma atitude que pressupõe planejamento sistemático e disposição ao diálogo, frente ao trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento. Nessa concepção, a prática interdisciplinar é, portanto, uma abordagem facilitadora do exercício da transversalidade. Assim sendo, a transversalidade
- A) é sinônimo da interdisciplinaridade, complementam-se e se refere à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, instituindo uma analogia entre os conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real.
 - B) é uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada e não tem significado dentro de uma compreensão interdisciplinar, uma vez que os conteúdos são trabalhados por temas ou eixos centrais.
 - C) compreende uma prática didático-pedagógica enriquecida pela adoção de temas contextuais, na qual o planejamento das ações pedagógicas não seguem pré-requisitos de organicidade, de sequencialidade e de articulação do conjunto das aprendizagens perspectivadas.
 - D) é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em redes de conhecimento, por eixos temáticos integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas.
27. Segundo Menegolla & Sant'Ana, o Planejamento Educacional “[...] é o instrumento básico para que todo o processo educacional desenvolva a sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda a ação educativa”. Deve ser entendido como o planejamento que estabelece as finalidades da educação, sendo feito em nível nacional, estadual, regional ou, mesmo, a nível escolar. Diante do exposto, os aspectos mais importantes que caracterizam o planejamento educacional são:
- A) abordagem racional e científica dos problemas; determinação de projetos a serem desenvolvidos em regiões específicas; escolha das situações possíveis para resolução de problemas; determinação de metas específicas a atingir em prazos bem definidos; e desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a prática escolhida.
 - B) abordagem racional e científica dos problemas; determinação dos objetivos e dos recursos; análise das consequências que advirão das diversas situações possíveis e a escolha entre essas possibilidades; determinação de metas específicas a atingir em prazos bem definidos; e desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a prática escolhida.
 - C) abordagem racional e empírica dos problemas; determinação dos objetivos e elaboração dos planos curriculares; análise das consequências que advirão das diversas situações possíveis e a escolha entre essas possibilidades; determinação de metas específicas a atingir em prazos bem definidos; e desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a prática escolhida.
 - D) abordagem racional e empírica dos problemas; determinação dos objetivos e dos recursos; análise das consequências que advirão das diversas situações possíveis e a escolha entre essas possibilidades; determinação de metas gerais a atingir em prazos não definidos; e desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a prática escolhida.

28. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, a educação escolar é composta por níveis e modalidades de ensino. Entre as modalidades de ensino, destacam-se a
- A) Educação Especial, Educação a distância, Educação Básica e Ensino Superior.
 - B) Ensino infantil, Ensino fundamental, Ensino médio e Ensino Superior.
 - C) Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação a distância e Educação Bilingue de Surdos.
 - D) Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Bilingue de Surdos e Educação a distância.
29. A partir da década de 90, a produção científica sobre formação docente vem se constituindo como campo de estudos, formulando conceitos relacionados aos saberes e práticas docentes, com um olhar na construção de um profissional reflexivo. Nessa perspectiva, Schon propõe uma nova epistemologia da prática reflexiva pedagógica embasada nos conceitos de conhecimento e reflexão na ação. O autor estabelece três ideias centrais, que são categorizadas como
- A) conhecimento na ação, articulação entre teoria e prática, e formação crítico-reflexiva do docente.
 - B) cultura reflexiva, experiência prática e a reflexão sobre a ação.
 - C) a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação, e a reflexão sobre a reflexão na ação.
 - D) conhecimento teórico e conceitual, experiência prática e reflexão na ação.
30. Considerando os avanços das tecnologias da comunicação e informação, as relações entre práticas educativas e processos comunicativos, no âmbito pedagógico, estreitaram-se de forma significativa, suscitando novas exigências educacionais e afetando as relações de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, a utilização de recursos tecnológicos, na sala de aula, exige do profissional atual
- A) estar em constante interação em ambientes virtuais de educação a distância.
 - B) ter conhecimento tanto de linguagens de programação quanto de mídias digitais e sociais.
 - C) estar em constante formação profissional e desenvolver práticas didático-pedagógicas eficientes.
 - D) implementar o uso de tecnologias no contexto pedagógico como objeto de conhecimento em si mesmo.
31. Tendo em vista as demandas e características do século XXI, espera-se que os estudantes dominem habilidades consideradas essenciais para o mundo atual e, assim, possam se desenvolver com êxito ao longo da vida. Nesse sentido, é fundamental que as avaliações da aprendizagem sejam capazes de investigar e verificar o alcance dos objetivos relacionados às habilidades que envolvam dimensões mais complexas do processo cognitivo, tais como
- A) o pensamento crítico, a capacidade de resolver problemas com múltiplas soluções ou a diferenciação entre fatos e opiniões.
 - B) a aferição da quantidade de conteúdo assimilado e a diferenciação entre fatos e opiniões.
 - C) o pensamento reflexivo, a identificação de avanços tecnológicos e a aferição da quantidade de conteúdo assimilado.
 - D) a metacognição do processo de aprendizagem, a medição do conhecimento técnico-científico dos estudantes, a capacidade de resolver problemas de raciocínio lógico.

32. A avaliação formativa ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ajustes e correção de rota. Esse tipo de avaliação permite
- A) identificar aprendizagens que já ocorreram; oferecer orientações para docentes que ajudem na sua aprendizagem; garantir que somente os docentes identifiquem avanços e estratégias para garantir a qualidade das aulas.
 - B) identificar aprendizagens que ocorreram ou não; oferecer orientações para estudantes que ajudem na sua aprendizagem; garantir que tanto os docentes quanto os estudantes identifiquem avanços, dificuldades e encontrem estratégias para garantir a continuidade da aprendizagem.
 - C) identificar aprendizagens que ocorreram ou não; oferecer orientações para estudantes que ajudem na sua aprendizagem; classificar o educando permitindo a sua promoção para o ano/série seguinte; estruturar o planejamento associado ao processo.
 - D) identificar aprendizagens que já ocorreram; oferecer orientações para estudantes que ajudem na sua aprendizagem; garantir que tanto os docentes quanto os estudantes identifiquem avanços e estratégias para garantir a quantidade da aprendizagem; medição da competência do aluno.
33. A educação especial é oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nessa direção, define a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino. Logo, considera-se Atendimento Educacional Especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma
- A) complementar ou suplementar à formação dos estudantes, sendo substitutiva ao ensino regular.
 - B) complementar à formação dos estudantes no ensino regular e em clínicas.
 - C) complementar ou suplementar à formação dos estudantes no ensino regular.
 - D) suplementar à formação dos estudantes no ensino regular e em outras instâncias.
34. De acordo com o Art. 3º da Lei 8.069/1990, (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei. Ainda lhes é assegurado, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento
- A) físico, psicológico, moral, religioso e econômico, em condições de equidade e de dignidade.
 - B) moral, psicológico, espiritual, educacional e social, em condições de liberdade e de equidade.
 - C) físico, mental, econômico, espiritual e educacional, em condições de igualdade e de dignidade.
 - D) físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
35. Como está posto no art. 56, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, devem comunicar ao Conselho Tutelar, entre outros, o caso de
- A) indisciplina ou baixo rendimento, após comunicação à família.
 - B) maus-tratos envolvendo seus alunos e elevados níveis de repetência.
 - C) reiteração de faltas justificadas e de evasão escolar, mantidos os recursos escolares.
 - D) confirmação ou suspeita de uso de drogas por parte dos pais ou responsáveis e ausências dos pais ou responsáveis em reuniões.

36. As metodologias ativas constituem-se em alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem nos estudantes. Essas metodologias devem envolver os discentes no aprendizado por meio de

- A) aprendizagem baseada em problemas, exposição dialogada, transmissão de conteúdo, descoberta e investigação.
- B) atividade contínua e espiral; exercícios de fixação a partir da exposição teórica do assunto pelo professor e investigação de problemas.
- C) transmissão de saberes para os alunos com maiores dificuldades cognitiva, descoberta, pela investigação e pela reflexão.
- D) descoberta, investigação ou resolução de problemas e uma visão de escola como comunidade de aprendizagem.

37. Sobre metodologias e aprendizagens ativas, analise as afirmativas abaixo.

- I. As metodologias ativas permitem que os estudantes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem, bem como construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam.
- II. As metodologias ativas permitem que os estudantes construam conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades realizadas e que o conhecimento seja construído, prioritariamente, na individualidade.
- III. As metodologias ativas permitem que os estudantes desenvolvam a capacidade crítica e reflexiva sobre as práticas que realizam.
- IV. As metodologias ativas permitem que os estudantes possam fornecer e receber feedback.
- V. As metodologias ativas permitem aos estudantes aprenderem a interagirem com colegas, professores e pais bem como explorar atitudes e valores pessoais na escola e no mundo.

Das afirmativas, estão corretos os itens

- A) I, III, IV e o V.
- B) II, III e V.
- C) I, II, IV e V.
- D) II, IV e V.

38. Tempo de aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. O programa baseia-se em quatro eixos:

- A) valorização dos profissionais da alfabetização; critérios de população; combate aos problemas sociais; e formação continuada de profissionais da alfabetização.
- B) formação continuada de profissionais da alfabetização; combate aos problemas sociais; critérios de avaliação; e apoio pedagógico para a alfabetização.
- C) formação continuada de profissionais da alfabetização; valorização dos profissionais da alfabetização; apoio pedagógico para a alfabetização; e aprimoramento das avaliações da alfabetização.
- D) apoio pedagógico para a alfabetização; critérios de população; aprimoramento das avaliações da alfabetização; e combate ao analfabetismo.

39. As políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país. Constituem um elemento de normatização do Estado, guiado pela sociedade civil, que visa garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. Normalmente, as políticas educacionais têm origem
- A) nas leis votadas pelo Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal, embora membros do Poder Executivo também possam propor ações nessa área.
 - B) nas leis votadas pelo Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal, com a participação da sociedade civil e sem qualquer interferência do Poder Executivo
 - C) nos projetos de lei votados e sancionados, exclusivamente, pelo Poder Executivo, com o parecer do Poder Legislativo federal e da sociedade civil.
 - D) nas leis votadas pelo Poder Legislativo federal, embora os membros do Poder Judiciário e a sociedade civil também possam propor ações nessa área.
40. A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 214, alterado pela Emenda Constitucional nº 59/2009, expressa, em regime de colaboração, o desejo da nação brasileira de um Plano Nacional de Educação (PNE), de duração decenal que conduzam a
- A) erradicação do analfabetismo; criação de programas culturais; melhoria da qualidade do ensino; desenvolvimento da educação emocional; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
 - B) desenvolvimento da educação emocional; universalização do ensino; promoção humanística, científica e tecnológica; formação qualificada dos profissionais da área; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
 - C) disseminação de conceitos e diretrizes para a inclusão; promoção humanística, científica e tecnológica; melhoria da qualidade do ensino; formação qualificada dos profissionais da área; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
 - D) erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.